



IDENTIDADE RELIGIOSA E VISIBILIDADE SOCIAL DO CANDOMBLÉ

CANDOMBLÉ RELIGIOUS IDENTITY AND SOCIAL VISIBILITY

Cleyde Rodrigues Amorim*

Oswaldo Martins de Oliveira**

Abstract:

This article is based on research to map candomblé terreiros in the metropolitan region of Vitória / ES / Brazil (2015/2017), in which we observe the social and religious configuration of these traditional African-based communities. We aim to discuss how the demarcation of belonging and constitution of social identities in this Afro-Brazilian religious field is related to visibility and social and political representativeness. In a scenario of growth of religious racism in the state, the mediation of the anthropologist to promote the visibility of these communities, through research, involved different challenges, but also provided social articulations for the sociocultural recognition of the researched communities, and a search for political spaces in the municipalities.

Keywords: Candomblé and social visibility; ethnic-religious identity; religious belonging.

Resumo

Esse artigo se constrói a partir da pesquisa para mapeamento dos terreiros de candomblé na região metropolitana de Vitória / ES / Brasil (2015/2017), na qual observamos a configuração social e religiosa dessas comunidades tradicionais de matriz africana. Objetivamos discutir como a demarcação de pertencimento e constituição de identidades sociais nesse campo religioso afro-brasileiro se relaciona com a visibilidade e a representatividade social e política. Em um cenário de crescimento do racismo religioso no estado, a mediação do antropólogo para promover a visibilidade dessas comunidades, por meio da pesquisa, envolveu diferentes desafios, mas também propiciou articulações sociais para o reconhecimento sociocultural das comunidades pesquisadas, e uma busca por espaços políticos nos municípios.

Palavras-chave: Candomblé e visibilidade social; identidade étnico-religiosa; pertencimento religioso.

INTRODUÇÃO

As identidades culturais e étnicas fazem parte de processos sociais em que determinados povos levam em consideração os seus legados culturais e seus territórios e nações de origem. Entretanto, nem todos os grupos e comunidades que compõem a diversidade étnico-racial e cultural da sociedade brasileira tem esse legado reconhecido e respeitado por outros segmentos sociais. Por isso, visando a valorização da história e cultura africana e afro-brasileira, nos últimos anos tem se intensificado os esforços de diversas instituições de pesquisa e pesquisadores para realizar

mapeamentos sociais dos povos de terreiro em vários estados brasileiros. Os mapeamentos buscam promover e proporcionar a visibilidade social a essas comunidades tradicionais de matriz africana, combater a intolerância, colaborar para viabilizar mais segurança das atividades religiosas, e facilitar o acesso aos direitos e prerrogativas já garantidos pelo ordenamento legal nacional, bem como de estados e municípios.

O presente artigo deriva de reflexões advindas de um trabalho de pesquisa etnográfica e mapeamento social das comunidades tradicionais de matriz africana na região metropolitana de Vitória iniciado em 2015, sobre o qual detalharemos adiante. Por ora, cabe dizer que se trata de um recorte no material etnográfico para analisar processo de identificação religiosa e construção da visibilidade social de um segmento religioso de matriz africana, especificamente do candomblé.

O principal objetivo aqui estabelecido é discutir o processo de demarcação de pertencimento e constituição de identidade no campo religioso afro-brasileiro, especificamente no candomblé, e sua relação com a crescente visibilidade social e representatividade política.

Tomamos como ponto de partida a abordagem contextual e relacional de estudos da identidade em Barth¹, onde os processos de identificação e auto identificação são resultados de relações sociais que envolvem atores internos e externos. Neste sentido, podemos afirmar que a construção da visibilidade social e do reconhecimento vem ocorrendo também a partir da produção do conhecimento acadêmico propiciado pela pesquisa etnográfica realizada por docentes da universidade, enquanto atores externos em relação com tais comunidades. Ao mesmo tempo em que a invisibilidade histórica e social e a segregação dos descendentes de africanos no Brasil, como bem observou Leite², é resultado do racismo vigente na sociedade, a ausência da produção acadêmica alimenta a invisibilidade e o preconceito racial, assim como revela o racismo estrutural que atinge também os interesses acadêmicos pelo tema dos estudos afro-brasileiros. Neste sentido, enquanto antropólogos, entendemos que ao mesmo tempo em que os pré-conceitos étnico-raciais e culturais, e/ou concepções segundo Malinowski³, são perniciosos à construção do conhecimento científico que visibiliza situações etnográficas diversas e específicas, o conhecimento etnográfico também pode atuar no combate aos preconceitos, racismos e invisibilidades de diversos sujeitos e realidades sociais.

A abordagem antropológica de Barth⁴ no estudo das identidades, o foco são as relações e contextos sociais, e o ponto são as organizações sociais e/ou comunitárias, a partir de onde ocorrem os processos sociais de construção da identidade. Partindo dessa abordagem, entendemos que esse é um processo em que os atores sociais enquanto parte de organizações comunitárias do candomblé, assentam suas bases de construção e reivindicação da identidade no pertencimento sócio-cultural e religioso às denominadas famílias-de-santo, a partir das quais selecionam o que chamam de herança e tradição cultural, e com as quais estabelecem conexões sociais e recriam tais heranças e tradições.

Devido ao fato de o candomblé ter surgido como uma religião étnica e que depois se tornou religião sem etnicidade, segundo análise de Peirucci⁵, mas que, conforme verificamos em campo,

¹ BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000. p. 25-67.

² LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de Africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. *Textos e Debates* - Núcleo de Estudos sobre Identidades e Relações Interétnicas- UFSC. Ano 1, nº 1, 1991.

³ MALINOWSKI, Bronislaw. *Os argonautas do pacífico Ocidental*. Abril: São Paulo, 1973. P. 21-38.

⁴ BARTH, 2000.

⁵ PEIRUCCI, Antônio Flávio. Uma aula: Religião como solvente. *Novos Estudos* - CEBRAP, São Paulo, nº 75, julho de 2006. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000200008&lng=en&nrm=iso

ainda se organiza em comunidades religiosas denominadas nações (Angola, Congo, Jêje, Ketu, Efã ou Efon) que reivindicam suas procedências e origens étnicas em reinos africanos, seus integrantes demarcam suas identidades étnicas e religiosas a partir de memórias, símbolos, tradições e línguas provenientes desses lugares do passado, reinos, etnias e regiões específicas da África.

No candomblé, as nações se configuram como modalidades de culto, a partir da reivindicação de uma origem comum no continente africano e da junção, no Brasil, de pessoas de diferentes origens, que compartilhavam línguas, e devoções religiosas diversas, de regiões próximas. Nesse sentido, conforme Parrés⁶, as nações se distinguem basicamente pela junção de rituais destas regiões e pela língua falada, que na maioria dos casos, une algumas línguas do mesmo tronco linguístico. Por exemplo, os terreiros da nação Angola utilizam termos das línguas bantu como kimbundo, quicongo, lingala, swahili e outras, inclusive de línguas que estão em extinção nas regiões de origem. Segundo Silva⁷ “... a forma de cultuar os deuses (seus nomes, cores, preferências alimentares, louvações, cantos, dança e música) foi distinguida pelos negros segundo modelos de rito chamados de nação...”⁸. Deste modo, ancorados nas abordagens teóricas das identidades étnicas, recorremos a definição de grupo étnico de Weber⁹, o qual se refere àqueles grupos que se organizam a partir de suas crenças em uma procedência comum compartilhada e tendo como referência suas lembranças de uma terra-território de origem, mesmo que o território da nação ou reino de origem já não exista mais como existiu no passado.

Em termos metodológicos, a pesquisa etnográfica que gerou os dados para a elaboração do presente artigo, conforme se verá nos próximos itens, foi realizada em casas de candomblé localizadas na região metropolitana de Vitória/ES. Além da realização de entrevistas sobre as narrativas de vida, segundo a definição de Bertaux¹⁰, e biografias de trajetórias de agentes sociais conforme Bourdieu¹¹, que na presente pesquisa se refere aos/às zeladores/as e lideranças das casas de candomblé, empregamos as técnicas do mapeamento social. Para tanto, além de nossa participação direta na coordenação e realização da pesquisa, contamos com a participação de estudantes bolsistas de Ciências Sociais, sob nossa orientação, e de Geografia, sob a orientação de uma pesquisadora da área. O trabalho dos profissionais e estudantes da Geografia consistiu em demarcar pontos de GPS, elaborar croquis dessas casas e posteriormente elaborar mapas e demarcar esses pontos nos mapas da região estudada.

Abrindo os caminhos para a pesquisa etnográfica e o mapeamento social

A pesquisa e a extensão se iniciam por diferentes motivações. No caso do Programa Africanidades: identidades, religiosidades e patrimônio cultural, a motivação decorreu de discussões realizadas no Grupo de Estudos sobre Religiões Afro-brasileiras, o RELIGAFRO, criado no âmbito do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros - NEAB/UFES, que reúne pesquisadores e interessados ligados às comunidades afins. Em 2013, constatou-se no grupo a inexistência de dados mais

⁶ PARÉS, Luis N. A Formação do Candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

⁷ SILVA, Vagner Gonçalves da. *Candomblé e Umbanda: caminhos da devoção brasileira*. 2ª. ed. São Paulo: Selo Negro, 2005.

⁸ SILVA, 2005, p. 65.

⁹ WEBER, Max. Relações comunitárias étnicas. In: *Economia e Sociedade*. 3. ed., Brasília: Editora da UNB, 2004.

¹⁰ BERTAUX, Daniel. *Narrativas de vida - a pesquisa e seus métodos*. Natal, RN: EDUFRRN; São Paulo: Paulus, 2010. P. 15-43.

¹¹ BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996. P. 183-191.

recentes sobre as comunidades de religiões de matriz africana no Espírito Santo: quantos são, onde estão, que religiões praticam, havendo apenas indícios deixados por pesquisadores anteriores.

Das primeiras discussões realizadas no referido grupo de estudos, levantou-se a hipótese de que os dados provenientes de uma pesquisa as religiões de matriz africana no Espírito Santo poderiam ser utilizados para combater a invisibilidade dessas religiões no mesmo estado e possibilitar o pleiteamento de políticas públicas por parte destas comunidades. Surge daí uma proposta de pesquisa/extensão envolvendo a identificação, o mapeamento social e ações de organização social das religiões de matriz africana. Na primeira etapa da pesquisa, iniciamos pelas casas de candomblé da região metropolitana de Vitória (que engloba, além da capital, os municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Vila Velha e Viana). A segunda etapa, que ainda não foi possível iniciar, consistirá no mapeamento das casas de Umbanda, que segundo a estimativa dos próprios zeladores das casas de candomblé, tem um quantitativo muito maior de adeptos nesta região. O projeto foi aprovado no edital nacional PROEXT 2015 e, ao final de 2014 foi montada uma equipe multidisciplinar, coordenada por dois antropólogos e que envolveu a colaboração de outros 11 pesquisadores das áreas de geografia, história, psicologia, artes, filosofia, ciências da religião e os estudantes bolsistas (cerca de 22). Além dessa equipe, tivemos apoio voluntário de outros seis estudantes, sendo quatro da graduação e dois da pós-graduação, que participaram em diferentes momentos do Programa, entre 2015 e 2017.

O Programa Africanidades: identidades, religiosidades e patrimônio cultural¹², iniciou-se com a composição da equipe e o treinamento dos pesquisadores, envolvendo: metodologias de pesquisa antropológica para comunidades tradicionais; noções gerais sobre religiões afro-brasileiras; metodologia de mapeamento social; noções sobre ética na pesquisa, sobre uso de imagens, e técnicas para confecção de croquis. Durante o período de desenvolvimento do Programa foram realizadas atividades complementares demandadas pela comunidade envolvida, como o Curso de Línguas e Cultura Bantu, que ocorreu de março a agosto de 2016 e contou com a parceria da Associação Angolana no Espírito Santo/Brasil – AANGESB. Também aconteceram ações de apoio à organização social das comunidades envolvidas, com o suporte para a criação do Fórum de Matrizes Africanas de Cariacica, a promoção de palestras e oficinas com os Zeladores¹³ e exposição de fotos e artefatos na Universidade e em eventos do Neab, voltados para a discussão de relações raciais. Lideranças das comunidades também participaram em eventos de formação de professores da educação básica, como o curso de formação continuada Promoção da Igualdade Racial na Escola – UNIAFRO. Outras ações e desdobramentos do Programa ocorreram em 2017 e 2018, como mencionaremos adiante. Embora institucionalmente registrado como programa de extensão, a pesquisa com as comunidades tradicionais seguiu as diretrizes de ética, e os representantes entrevistados foram devidamente esclarecidos e autorizaram por escrito a coleta de dados, imagens, e sua publicação.

O Programa identificou 88 templos religiosos de candomblé na região metropolitana de Vitória (ES), dos quais 86 foram efetivamente mapeados. E como um primeiro produto da pesquisa, foi produzida uma publicação¹⁴, no formato de catálogo, contendo uma breve história de cada um dos líderes dessas comunidades e de sua trajetória religiosa, da constituição das casas, as principais festas e datas de eventos, além das imagens do Zelador, da fachada da casa e um croqui com a

¹² Programa de extensão e pesquisa coordenado pelos antropólogos Cleyde Rodrigues Amorim e Osvaldo Martins de Oliveira e apoiado pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Espírito Santo- PROEX/UFES.

¹³ Como são conhecidos nessa região os sacerdotes e sacerdotisas, ou pais e mães-de-santo do Candomblé.

¹⁴ AMORIM, C. R. , OLIVEIRA, O. M. de (orgs). *Africanidades e seus zeladores: identidades, religiosidades e patrimônio cultural*. 1ª. Ed. Vitória: UFES/PROEX, 2017. 377P.

organização espacial do terreiro. Outra publicação consistiu em um documentário¹⁵ com algumas entrevistas com os zeladores e explicações breves acerca do que é candomblé. Os dois produtos foram pensados também como materiais de apoio à implementação da Lei 10.639/2003¹⁶, no ensino básico, para isso usando uma linguagem bem adequada à crianças e adolescentes.

A pesquisa constatou a extinção de algumas casas, seja por falecimento dos dirigentes/Zeladores, seguida da situação em que os herdeiros do imóvel não se inseriam no contexto religioso, seja pela conversão do próprio sacerdote ou do herdeiro à religiões cristãs neopentecostais ou ainda por ação do racismo religioso combinado a grupos que perpetram ações ilícitas, práticas que já vem sendo observadas por outros pesquisadores no sudeste brasileiro¹⁷. Os filhos-de-santo destas casas extintas migraram para outras da mesma nação, ou de outras nações, muitas vezes em outros municípios da região metropolitana. Esse fator fez com que algumas casas apresentassem peculiaridades quanto ao culto, das quais falaremos adiante.

Dimensões da territorialidade e identidade

As pesquisas e ações de extensão desenvolvidas pelo Programa Africanidades junto às comunidades de terreiros da região metropolitana de Vitória/ES (2015/2017) possibilitaram dimensionar os espaços urbanos efetivamente ocupados por estes grupos. A territorialidade dos terreiros pode ser pensada a partir de duas referências importantes. A primeira delas é o terreiro propriamente, espaço que se constitui como território em face da sua sacralização e do uso cerimonial. A dimensão de territorialidade que se constrói no terreiro está associada diretamente à identidade e ao pertencimento religioso. Embora os orixás estejam em ambientes diversos, o terreiro é o principal lugar onde os fiéis se reúnem para o culto aos ancestrais, dos quais o povo-de-santo descende, é onde a maior parte dos rituais são realizados. O terreiro se inicia com a atividade religiosa e é sacralizado desde o momento em que o axé é “plantado”¹⁸. Para Sodré¹⁹, é o espaço privilegiado para a expressão dos orixás através do corpo humano. É o local em que a divindade se apresenta, dança, transmite sua energia de forma mais próxima e imediata, e onde seus filhos “nascem” para o santo na iniciação, onde se constroem como pessoa, e, segundo Goldman²⁰, como um ser humano que “é pensado no candomblé como uma síntese complexa, resultante da coexistência de uma série de componentes materiais e imateriais...”²¹ e se veem representados. É uma casa/morada dos orixás, mas não é a única. Os orixás vivem nos elementos naturais, no ar, nas águas, nas matas, no vento, nas tempestades, nos rochedos, nos alagadiços, na terra... por isso esses elementos são essenciais à existência e continuidade destas religiões. Espaços como matas, praias,

¹⁵ AMORIM, C. R., OLIVEIRA, O. M. de *Candomblés: Axé e Fé*. (documentário) Programa Africanidades/PROEX/NEAB/UFES/MEC. Direção: Adriano D. Monteiro. Vitória/ES, 2017. 23 minutos. Disponível no canal Africanidades-ES: https://www.youtube.com/watch?v=kyb_8b5A5gQ

¹⁶ A Lei 10.639/2003 inclui a obrigatoriedade da temática história e cultura africana e afro-brasileira no currículo oficial, em toda a rede de ensino. Para tanto alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDBEN e teve diretrizes aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação, em 2004

¹⁷ SILVA, Vagner Gonçalves da (org). *Intolerância religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

¹⁸ Segundo nossos pesquisados, o ritual de plantar o Axé envolve a família-de-santo da qual o Zelador descende, é a família que funda uma nova casa da nação em outro espaço físico, município ou estado. E esse é um momento muito prestigiado pelos membros da casa e também por visitantes.

¹⁹ SODRÉ, Muniz. O terreiro e a cidade. Petrópolis: Vozes, 1988.

²⁰ GOLDMAN, Marcio. A Construção Ritual da Pessoa: a possessão no candomblé. in *Religião e Sociedade* 12 (1): 22-54 (ago. 1985).

²¹ GOLDMAN, 1985, p.38.

lagos, cachoeiras, encruzilhadas (cruzamentos entre ruas ou caminhos), cemitérios, se constituem como lugares onde habitam as divindades que são cultuadas pelas religiões de matriz africana, e por isso são locais de culto. Esses locais muitas vezes foram transformados em reservas ambientais, parques, e algumas delas tornaram-se propriedades privadas. Com o crescimento das cidades, alguns destes espaços passaram a fazer parte da paisagem urbana. E por muitos destes motivos, aumentam as dificuldades de acesso dos praticantes a esses locais de culto.

O impedimento ou embaraçamento do acesso a espaços e lugares que são sacralizados e/ou representativos, a maioria públicos, onde há recursos naturais necessários ao desenvolvimento das atividades religiosas do candomblé (e também da umbanda) se constitui como uma das faces do racismo religioso, visto que outros segmentos religiosos em geral não têm esse acesso dificultado. Uma das alternativas para tentar solucionar esse problema é o desenvolvimento dentro do terreiro de algumas atividades antes realizadas em espaços externos, quando isso é possível pois algumas casas tem pouco espaço não construído. Entretanto, há rituais em que é imprescindível a utilização desses espaços naturais externos, o que promove o deslocamento para outros municípios próximos, onerando muito as atividades religiosas. Outras observações sobre a constituição de uma territorialidade própria apontam para o progressivo afastamento dos terreiros das áreas mais centrais e valorizadas nos municípios da região metropolitana, fenômeno que aconteceu e acontece em outros centros urbanos do país e que ocorre desde o início do século passado nas grandes cidades, por conta dos projetos de urbanização e higienização dos grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro, conforme nos relata Rolnik²². Os terreiros são cada vez mais “empurrados” para áreas periféricas e menos valorizadas pela especulação imobiliária, mas nem por isso se reorganizam em espaços maiores e com mais recursos naturais. E ainda nestas áreas periféricas são considerados por outras denominações religiosas como ameaças na disputa por fiéis. Nesse sentido, observamos também que o balneário de Guarapari, que fica na região metropolitana de Vitória, tem se mostrado, nos últimos anos, um refúgio para zeladores oriundos de condições difíceis e/ou vítimas de racismo religioso, especialmente os ocorridos na cidade do Rio de Janeiro.

Um dos primeiros resultados do mapeamento diz respeito às matrizes do candomblé capixaba e possibilita-nos, a partir das genealogias religiosas construídas pelas próprias lideranças, estabelecer as redes que envolvem o pertencimento religioso, seja por nação e/ou pelos arranjos que foram se constituindo ao longo do tempo entre as diversas famílias-de-santo, com a migração de filhos-de-santo ou de zeladores entre nações, por diversas motivações. E ainda a peculiaridade da existência de casas que, devido ao fato de os zeladores e os filhos de-de-santo terem uma trajetória em mais de uma nação, promovem cultos que mesclam símbolos e linguagens em momentos diferenciados ou na mesma cerimônia.

O pertencimento, a identidade e o trânsito religioso

Destacamos aqui a dimensão discursiva que enuncia a produção da identidade. Para isso a língua da nação é o grande veículo. Cada iniciado recebe um nome, uma *digina*. Esse nome frequentemente traz parte do nome do orixá/nkisse/vodum que é o dono da sua cabeça e também alguma especificidade em relação à pessoa e à divindade. Esse nome muitas vezes também tem relação com a família-de-santo. O indivíduo renasce no candomblé dentro de uma família. Sua concepção de pertencimento se vincula com a divindade, a religião, a nação, a família. Mas ao longo

²² ROLNIK, Raquel. Territórios Negros nas Cidades Brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro) Revista de Estudos Afro-Asiáticos 17 – CEAA, Universidade Cândido Mendes, setembro de 1989.

do tempo e dentro da dinâmica cultural essa ordem por vezes se altera, se reconfigura. Se o indivíduo muda de terreiro e/ou de nação, novas conexões se estabelecem na nova família-de-santo, o que interfere na sua identidade religiosa. Nesse sentido, o repertório de lembranças que passa a pautar a sua identidade se (re)constitui por meio da memória coletiva do novo grupo ao qual aderiu, pelas recordações dos lugares onde acontecimentos foram vividos, pelas histórias de personagens importantes para o grupo. Segundo Halbwachs²³, a memória é um fenômeno construído coletivamente e sujeito a constantes reelaborações e

é necessário que essa reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos reconhecer que uma lembrança pode ser reconhecida e reconstruída.²⁴

Essas reelaborações da memória no candomblé quando envolvem as novas conexões religiosas estabelecidas, se repercutem na memória afetiva dessa genealogia religiosa reconstruída. Assim, segundo os discursos narrativos da tradição cultural, a adoção de novos predecessores, sejam tios, avós ou bisavós-de-santo é uma consequência considerada natural, e eles são admitidos com orgulho no trânsito religioso entre casas e/ou nações. Também há os casos em que o indivíduo (especialmente os que têm mais tempo de iniciados), leva para a nova casa a sua herança religiosa, as suas memórias.

Observamos dois momentos em que essa situação se apresentou. No primeiro em que essa migração envolve uma mudança de nação e o indivíduo leva seu santo²⁵ para lá. Nesse caso não é raro que se toque esporadicamente para as duas nações na casa, em eventos que envolvam o indivíduo que se incorporou à família, havendo nesse caso uma espécie de concessão do zelador na homenagem às origens religiosas do filho. Entretanto se há vários filhos que vieram de uma outra nação e não foram reiniciados, as cerimônias envolvendo toques para duas nações (no mesmo dia ou em dias distintos) tornam-se mais frequentes, e, para os zeladores envolvidos, isso não descaracteriza o pertencimento da casa a determinada nação, de acordo com sua fundação. Há vários casos em que essa migração aconteceu com aquele que é o atual zelador da casa, que em seu percurso passou por mais de uma nação por conta do falecimento de seu(s) antecessor(es) e passou a exercer somente a modalidade de culto adotada por último. Mas estes, por ter os conhecimentos da modalidade anterior também realizam iniciações ou obrigações²⁶ posteriores a iniciados ou mesmo zeladores de outras nações, se ele tiver experiência compatível.

De todo modo, as identidades de comunidades religiosas do candomblé manifestam-se também como identidades étnico-raciais, tendo como elementos diacríticos coletivamente apropriados para delimitar tais identidades, que são as matrizes e heranças culturais consideradas africanas presentes na memória coletiva e nas cerimônias, a saber: a forma de organização social em nações que remetem a uma origem africana; a mitologia dos orixás/inquices/voduns africanos trazida pelos seus *itans* (histórias mitológicas), pela língua, pelas vestimentas e adereços, que

²³ HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Vértice/Ed. Revista dos Tribunais, 1990.

²⁴ HALBWACHS, 1990, p.34.

²⁵ Entendendo aqui que levar o seu santo envolve não só levar o assentamento físico do(s), o(s) ibá(s) de seu(s) orixá(s), mas também levar todo o seu enredo, e ter o aceite do novo zelador quanto ao culto desse orixá já assentado.

²⁶ Cerimônias que envolvem novo recolhimento e que devem ser realizadas pelos iniciados, principalmente com 3, 5, 7, 14 e 21 anos após a iniciação.

também tem referências mitológicas e que foram reelaborados a partir das roupas do século XIX; e a própria religiosidade de seus integrantes.

Uma vez caracterizados como praticantes de religiões de matriz africana, os candomblecistas passam a ser alvo de intolerância e racismo religioso, mesmo os que têm características fenotípicas não reconhecidas como as dos negros brasileiros. Contribuindo com essa discussão e falando sobre as religiões de matriz africana, Sidnei Nogueira²⁷, reafirma que

O racismo não incide somente sobre pretos e pretas praticantes dessas religiões, mas sobre as origens da religião, sobre as práticas, sobre as crenças e sobre os rituais. Trata-se da alteridade condenada à não existência.²⁸

Quando se trata de candomblecistas pretos(as), incide sobre eles(as), além do racismo religioso, o racismo de marca racial. Esse é um tipo de racismo clássico no Brasil que, segundo Oracy Nogueira²⁹, incide com mais força sobre as pessoas de traços fenotípicos socialmente associados aos grupos étnico-raciais negros, como cor da pele mais escura, tipos de cabelo e outros traços fenotípicos.

O racismo religioso é notório entre os zeladores pesquisados na grande Vitória, a maioria com fenótipo branco. O caso mais paradigmático é o de um zelador que hoje ocupa um cargo público conquistado pelo movimento social, que é uma gerência de promoção de igualdade racial em um dos municípios da região metropolitana. Branco e de olhos azuis, ele que nos relatou diversos episódios de racismo religioso ao assumir essa função. Um outro zelador entrevistado, ao ser perguntado sobre sua raça/cor nos afirmou que *ao entrar no roncó*³⁰ “*todos se tornam negros*”. A iniciação traria esse chamado identitário, uma vez que o aprendizado necessário a esse renascimento propiciado pelos ritos iniciáticos (feitura-de-santo³¹), remete ao pertencimento étnico à origem e à herança africana.

Além do crescimento do racismo religioso no estado do Espírito Santo, a mediação do antropólogo para promover a visibilidade dessas comunidades envolveu diferentes desafios e tensões que emergiram no processo de reivindicações de identidades e espaços políticos. Uma delas se refere aos conflitos já existentes entre os próprios sacerdotes, dificultando as reuniões e articulações, seja por nação ou por município. Em um dos municípios da região metropolitana, Cariacica, a organização política do candomblé avançou para um nível trans-doméstico, visto que lá foi criado o Fórum de Matrizes Africanas e, posteriormente, o Instituto de Matrizes Africanas do Estado do ES. Estas instituições, que intentam representar as reivindicações das casas das religiões de matriz africana, tiveram grande adesão dos praticantes de Umbanda e Candomblé do município. Neste município ocorreram várias atividades envolvendo as casas, a Prefeitura e a Câmara Municipal desde o final de 2014, quase sempre com o apoio dos pesquisadores envolvidos no Programa Africanidades. Nos demais municípios essa articulação encontrou mais dificuldade, e recentemente surgiram ações em andamento com boa adesão no município de Serra.

²⁷ NOGUEIRA, Sidnei. Intolerância religiosa. São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2020 (feminismos plurais/coordenação de Djamila Ribeiro).

²⁸ NOGUEIRA, 2020, p. 47.

²⁹ NOGUEIRA, Oracy. *O preconceito de Marca*. São Paulo: EDUSP, 1998.

³⁰ Roncó é o nome dado ao espaço reservado dentro do terreiro onde o abiã (não iniciado) é acomodado e fica recluso durante o período da iniciação, conhecida como feitura do santo.

³¹ Sobre a iniciação ou feitura de santo consultar GOLDMAN, 1984 (p.144 -152).



Lançamento do livro “Africanidades e seus Zeladores” e do documentário “Candomblés: Axé e Fé”, em maio/2017. Fonte: acervo do Programa Africanidades.

Nesse processo de conquista de visibilidade, reconhecimento cultural e simbólico interno e externo aos grupos, surgem desdobramentos que estimulam uma reflexão ético-política na gestão da pesquisa e nas relações sociais nela constituídas.

Verificamos que o desenvolvimento do Programa Africanidades e das demais atividades em que estivemos envolvidos junto ao povo-de-santo influenciaram no processo de construção da visibilidade destas comunidades tradicionais de matriz africana não só na Universidade, mas na sociedade capixaba de modo geral. Chamou-nos a atenção, como pesquisadores, as articulações entre estas comunidades e os chefes políticos municipais, alguns dos quais tentaram em seus discursos vincular as atividades da universidade nas comunidades às suas administrações e partidos políticos. Esse diálogo ainda mostra aspectos interessantes e refletiu-se inclusive no processo eleitoral, pois havia a expectativa de que o aumento de visibilidade interferiria favoravelmente na relação entre os povos de terreiro e a comunidade. Em 2016, cinco sacerdotes (quatro zeladores de Candomblé e uma mãe-de-santo de Umbanda) concorreram à eleição para vereadores, por diferentes partidos políticos e em quatro dos municípios da região metropolitana: Cariacica, Vila Velha, Serra e Vitória, mas infelizmente nenhum foi eleito, obtendo apenas votos insignificantes. As expectativas se frustraram diante da configuração de uma conjuntura política mais conservadora no estado³² e também no país conforme demonstram os últimos pleitos eleitorais.

³² Os partidos mais conservadores e de direita elegeram quase todos os prefeitos e parlamentares na eleição de 2016, apontando para uma nova configuração no cenário político-partidário do estado. Comentários com base nos resultados eleitorais estão na matéria “Em oito anos a esquerda perdeu 82% dos votos no Espírito Santo” disponível em: https://www.gazetaonline.com.br/especiais/eleicoes_2016/2016/10/em-oito-anos-esquerda-perdeu-82-dos-votos-no-espírito-santo-1013988953.html.



Reunião na Câmara Municipal de Cariacica em 2018.
Fonte: acervo do Programa Africanidades

Desse cenário derivou um outro desafio, que foi manter o diálogo com essas lideranças comunitárias que se lançaram no cenário político eleitoral, entretanto sem fazer ingerências sobre as articulações deles com outros atores políticos do município e do estado. Emerge aí a preocupação ética do respeito ao posicionamento do sujeito, nosso interlocutor, no amadurecimento necessário que se realiza pelas etapas no processo de participação política. A questão foi discutida na coordenação do Programa, sobre a importância de não intervir, por mais que nos parecessem inadequadas as alianças e articulações com certos agentes e setores que historicamente trabalharam em desfavor da categoria e, em alguns momentos, contrários aos direitos do povo negro e de comunidades de matriz africana.

Para além das questões já colocadas, as ações levam a instituição pública, no caso a Universidade, para dentro de diversas comunidades, e o prestígio da instituição pública, única do estado, reverbera em favor desses líderes religiosos. Em geral eles sentem-se lisonjeados em receber pessoas da instituição. Por viverem em áreas periféricas dos municípios, muitos deles não tem acesso aos serviços públicos básicos, ou o tem com precariedade, e por isso apresentam suas demandas para a equipe da pesquisa, que não tem canais diretos para mediação junto ao poder público do município. Ainda assim, a equipe de pesquisa auxiliou diversas vezes prestando informações quando as tinha. E, ao final da pesquisa, forneceu o material didático produzido, o livro, para os municípios da grande Vitória, para que fosse adotado na rede municipal de ensino.

No que diz respeito à realização da pesquisa, a própria equipe enfrentou as precariedades locais ao se deslocar por ruas sem pavimentação, com esgoto a céu aberto, etc., trabalhando com poucos recursos e várias vezes usando o veículo do professor pesquisador que coordenava a visita de campo. Condições que certamente não são exclusivas deste trabalho, uma vez que sabemos das condições cada vez mais difíceis do desenvolvimento da pesquisa no país, especialmente nas áreas das ciências humanas, que não são consideradas prioritárias pelos governos mais recentes.

Considerações finais

São diversos os desafios da pesquisa de campo, aliada às atividades de extensão em comunidades tradicionais de matriz africana especialmente em um período de recrudescimento do conservadorismo, do racismo no cenário nacional e internacional e do racismo religioso no Brasil. Apesar deste cenário um tanto pessimista em termos macro, observamos a partir dos cenários micro locais e estadual, que as narrativas e as formas de organização social das comunidades

estudadas, lançam luz sobre um percurso histórico marcado por desigualdades de oportunidades impetradas aos afrodescendentes no país, além das situações sócio econômicas, enfatizamos as desigualdades no respeito à liberdade de organização e celebração de seus próprios cultos religiosos.

Feita essa primeira consideração conclusiva, cabe ainda enfatizar reflexivamente, de forma muito breve, 05 (cinco) temas que perpassam o debate da identidade na pesquisa, a saber: 1º) as casas matrizes do candomblé capixaba se encontram em diferentes metrópoles e capitais brasileiras, como Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília; 2º) as genealogias religiosas construídas pelas próprias lideranças remetem-se às várias gerações de pais e mães-de-santo ascendentes até chegarem à uma casa matricial em Salvador-BA, como sendo essa uma terra de origem do candomblé no Brasil, que por sua vez remete às nações de origem no continente africano; 3º) apesar de reivindicarem uma certa originalidade, as trajetórias e trânsitos religiosos das lideranças em diferentes nações de candomblé revelam que suas identidades estão em processo e se nutrem em múltiplas correntes e/ou matrizes de tradições culturais africanas, e não em exclusivismos culturais; 4º) as trajetórias e trânsitos de lideranças que migraram de igrejas cristãs para o candomblé, passando também pela umbanda e pelo espiritismo kardecista, revelam pessoas que geraram um acúmulo cultural no campo religioso, possibilitando-lhes conduzir sua comunidade com maestria e sabedoria; 5º) as narrativas sobre as iniciações dos zeladores estudados revelam que a entrada no *roncó* é como um retorno à África, uma volta ao útero de uma mãe, para gerar uma espécie de renascimento social em uma forma de organização denominada família-de-santo. Nela, recebem um nome religioso que, associado ao nome civil simbolizam a interconexão entre a sociedade atual e aquela em que as lideranças do candomblé, várias delas com formação acadêmica em nível de graduação e pós-graduação, fundamentam suas tradições - a África. Daí o fato de se incluírem e se considerarem comunidades tradicionais de matriz africana e construírem suas identidades selecionando memórias, nomes e práticas fundadas em tradições culturais para delimitar tais identidades.

Percebemos ao longo deste processo como a pesquisa antropológica e historiográfica, em especial a pesquisa na área de História realizada inicialmente por Maciel³³ na segunda metade da década de 1980, é considerada importante pelas lideranças para o processo de reconhecimento e reafirmação das identidades social, religiosa e étnico-racial de suas comunidades de matriz africana, bem como para a construção da visibilidade social e o combate aos preconceitos e ao racismo religioso contra as mesmas. Esse processo pode se desdobrar no desejo de conquista de novos espaços políticos, antes considerados intangíveis por essas pessoas, visto que em sua maioria são de classes menos favorecidas, muitas delas vivendo em condições de vulnerabilidade social. A realização do mapeamento torna visível o dado quantitativo e qualitativo da pesquisa sobre as comunidades de candomblé existentes na região metropolitana e chama atenção para a necessidade de políticas públicas voltadas para a proteção do patrimônio cultural destes agrupamentos afro-brasileiros. Esses dados têm sido aliados pelas reivindicações políticas das lideranças à necessidade de proteção física, especialmente neste período em que a pandemia da COVID-19 atinge majoritariamente a população negra brasileira, que em sua maioria vive nas periferias das cidades. Em função destas preocupações, neste ano de 2020 fomos interlocutores para a realização de reuniões entre as comunidades e o Ministério Público do ES, nas quais foram discutidas ações de prevenção à epidemia e de proteção às comunidades de matriz africana. É o início de um diálogo importante em que as comunidades têm a oportunidade de se ver como

³³ MACIEL, Cleber. *Candomblé e Umbanda no Espírito Santo – Práticas culturais religiosas afro-capixabas*. Vitória-ES, DEC/UFES, 1992.

sujeitos de direitos e reivindicar a equidade das ações governamentais para os espaços e equipamentos públicos a que todos os cidadãos têm direito.

Referências

- AMORIM, C. R. & OLIVEIRA, O. M. de (orgs). *Africanidades e seus zeladores: identidades, religiosidades e patrimônio cultural*. 1ª. Ed. Vitória: UFES/PROEX, 2017. 377P.
- AMORIM, C. R. & OLIVEIRA, O. M. de *Candomblés: Axé e Fé*. (documentário) Programa Africanidades/PROEX/NEAB/UFES/MEC. Direção: Adriano D. Monteiro. Vitória/ES, 2017. 23 minutos. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=kyb_8b5A5gQ
- BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000. P. 25-67.
- BERTAUX, D. *Narrativas de vida - a pesquisa e seus métodos*. Natal, RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010. P. 15-43.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996. P. 183-191.
- GAZETA ONLINE. *Em oito anos, esquerda perdeu 82% dos votos no Espírito Santo*. Eleições 2016. Matéria publicada em 24 de out de 2016. Disponível em https://www.gazetaonline.com.br/especiais/eleicoes_2016/2016/10/em-oito-anos-esquerda-perdeu-82-dos-votos-no-espírito-santo-1013988953.html.
- GOLDMAN, Márcio. A Construção Ritual da Pessoa: a possessão no candomblé. in *Religião e Sociedade* 12 (1): 22-54 (ago. 1985).
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice/Ed. Revista dos Tribunais, 1990.
- LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de Africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. *Textos e Debates - Núcleo de Estudos sobre Identidades e Relações Interétnicas- UFSC*. Ano 1, nº 1, 1991.
- MACIEL, Cleber. *Candomblé e Umbanda no Espírito Santo – Práticas culturais religiosas afro-capixabas*. Vitória-ES, DEC/UFES, 1992.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Os argonautas do pacífico Ocidental*. Abril: São Paulo, 1973. P. 21-38.
- NOGUEIRA, Sidnei. Intolerância religiosa. São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2020 (feminismos plurais/coordenação de Djamila Ribeiro).
- NOGUEIRA, Oracy. *O preconceito de Marca*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- PARÉS, Luis N. A Formação do Candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. Uma aula: Religião como solvente. *Novos Estudos - CEBRAP*, São Paulo, nº 75, julho de 2006. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000200008&lng=en&nrm=iso
- ROLNIK, Raquel. Territórios Negros nas Cidades Brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro). *Revista de Estudos Afro-Asiáticos* 17 – CEAA, Universidade Cândido Mendes, setembro de 1989.

SILVA, Vagner G. da (org). *Intolerância religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007, 323 p., ISBN 978-85-314-1022-2

SILVA, Vagner G. da. *Candomblé e Umbanda: caminhos da devoção brasileira*. 2ª. ed. São Paulo: Selo Negro, 2005.

SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade*. Petrópolis: Vozes, 1988.

WEBER, Max. Relações comunitárias étnicas. In: *Economia e Sociedade*. 3. ed., Brasília: Editora da UNB, 2004.